manchete

Diário Notícias

13-08-2013

Periodicidade: Diario
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 56361
Temática: Política
Dimensão: 2360
Imagem: S/Cor
Página (s): 31 a 33

Um momento decisivo

OBSERVATÓRIO ECONÓMICO DN

Patrocinador Exclusivo: BANCO ESPÍRITO SANTO

Observatório Diário de Notícias/Banco Espírito Santo. O quarto debate apanha o País de férias, mas com uma agenda difícil pela frente, além, claro, da instabilidade política ainda por digerir. Vem aí o Orçamento do Estado para 2014, virão depois a oitava e a nona avaliações da 'troika', vem aí, acima de tudo, a urgência de avaliar e executar o plano de reforma do Estado que, em teoria, permitirá aproximar mais despesas e receitas. Os quatro observadores têm mais dúvidas do que certezas

STEVEN GOVERNO/GLOBAL IMAGENS

Sérgio Figueiredo, Isabel Vaz, António Nogueira Leite e Miguel Leónidas Rocha (da esquerda para a direita) responderam às questões do diretor do Dinheiro Vivo, André Macedo

Um momento decisivo

ANDRÉ MACEDO e ANA RITA GUERRA

Nem três meses passaram desde o primeiro Observatório Diário de Notícias/BES, mas o País deu uma cambalhota. Esteve a um passo de eleições antecipadas, houve uma crise seguida de uma remodelação no Governo. Vítor Gaspar demitiu-se, Álvaro dos Santos Pereira foi demitido, entrou Pires de Lima – o que foi bem recebido pelo painel –, Rui Machete foi escolhido para os Negócios Estrangeiros, mas o País só fala dos lucros que teve com as ações do BPN que comprou e vendeu. Mas há mais: os juros da dívida pública dispararam e mantêm-se altos em todos os prazos, até nas maturidades a dois anos, ou seja, os mercados ainda desconfiam da calma política. Têm sido meses perigosos e a apresentação do Orçamento do Estado para 2014 (OE) deixa tudo ainda mais no fio da navalha. Será possível apresentar, em outubro, um OE capaz de satisfazer as exigências da *troika*, manter o Governo minimamente unido e dar algum alento ao País?

Há um contraste evidente na opinião dos quatro observadores DN/BES. Não entre eles, mas entre o que pensavam há três meses e o que acham (ou suspeitam) agora. Em maio e junho, apesar de criticarem a falta de reformas estruturais, em traços largos concordavam com o que estava a ser feito. O primeiro título desse encontro era claro: "A aritmética é tramada." Dizia Isabel Vaz, CEO da Espírito Santo Saúde: "O que esta geração dos 45/55 anos está a dizer é que deve haver um bocadinho de repartição entre todos, os mais velhos e os mais novos. Alguns políticos têm de meter na cabeça que a aritmética não foi abolida." O tema em discussão eram os cortes nas pensões dos antigos funcionários públicos. Tema difícil em que Sérgio Figueiredo, CEO da Fundação EDP, pedia prudência na altura de rasgar contratos. Agora chegou o momento de, literalmente, meter a mão na massa. Haverá força política?

É aqui que se nota o contraste. O *flic-flac* do Governo, as hesitações de Passos Coelho e, acima de tudo, a saída de Vítor Gaspar levantam dúvidas sobre a direção a seguir e a capacidade para o fazer sem ziguezagues. Embora a entrada de Pires de Lima tenha reforçado o Governo – Sérgio Figueiredo defende que "a área económica fica muito mais bem servida, porque há um ministro que conhece o mundo empresarial" –, há dúvidas sobre a estamina da nova ministra das Finanças perante os novos poderes de Paulo Portas no Conselho de Ministro. António Nogueira Leite, administrador da EDP Renováveis, recorda que Maria Luís Albuquerque tem pontos fracos: "Acho que ela está fragilizada com a questão dos *swaps*, mas mais por incompetência do Governo do que pelo que fez."

E então, que orçamento vamos ter? Um OE com cortes de dois mil milhões, mais suave, portanto; ou outro, mais duro, com cortes de 3,6 mil milhões? Miguel Leónidas Rocha, *partner* da Deloitte, diz que a escolha devia ser clara: "O Governo devia apresentar a folha inicial", ou seja, a versão mais dura, de modo a aproveitar a conjuntura internacional (mais exportações) para fazer o trabalho de casa. Mas isso não esmagará a economia outra vez numa altura em que há sinais (menos recessão, menos desemprego) de inversão do ciclo? Isabel Vaz é definitiva: "Precisamos de um Estado que possamos pagar. Mas o que vai acontecer é que haverá 20 exceções em cada sector e nada vai ser feito." Nogueira Leite pensa o mesmo e antecipa o resultado: "Se não quisermos fazer essas reformas, vamos entrar numa situação em que vamos ter de fazer isso em dose dupla ou tripla, como está a acontecer na Grécia."

É talvez esta a frase que resume o estado de espírito do painel: há a noção clara do momento delicado que o País atravessa e a certeza de que pode tudo correr mal nos próximos meses. O que fazer perante estes riscos? Aceitar os cortes sem mais? Sérgio Figueiredo sugere: "Estamos em tempo de medidas ousadas – o que significa ir muito além disso [baixar impostos, cortar pensões] porque isso não é planear, é responder à emergência." Nogueira Leite acrescenta: "As entidades públicas, naquilo que lhes compete, têm de tratar da questão do financiamento da economia, onde têm andado muito devagar." Resumindo: reformas corajosas e estruturais, mas também mais crédito para as empresas. Miguel Leónidas lembra a reforma do IRC, capaz "de pôr Portugal no mapa da fiscalidade". Será? Em setembro há novo observatório, mas agora há mais dúvidas do que certezas.

manchete

Diário Notícias

13-08-2013

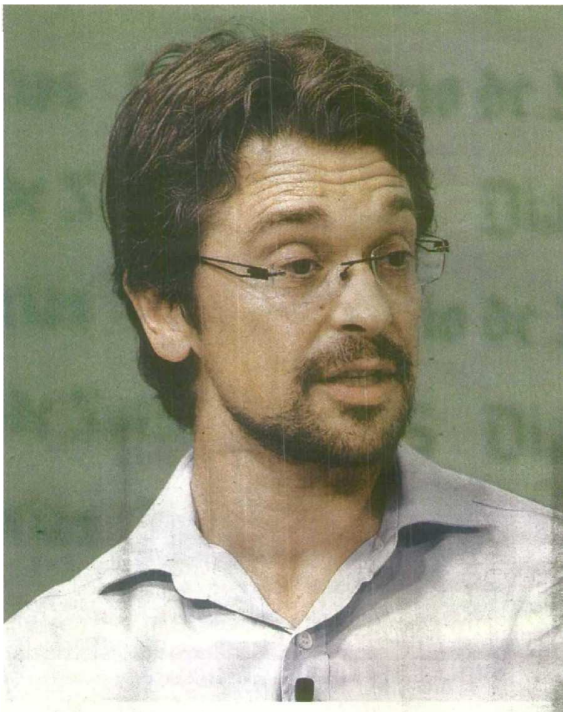
Periodicidade: Diario
Classe: Informacão Geral
Âmbito: Nacional
Tiragem: 56361

Temática: Política
Dimensão: 2360
Imagem: S/Cor
Página (s): 31 a 33

1 O Governo esteve a um passo de cair. Entretanto, saíram e entraram ministros. Paulo Portas, presidente do CDS-PP, subiu a vice-primeiro-ministro e controla as pastas económicas. Este Governo é mais forte?

2 O Orçamento do Estado para 2014 deve incorporar menos cortes (dois mil milhões) ou mais cortes (3,6 mil milhões)?

SÉRGIO FIGUEIREDO



1 A área económica do Governo fica mais bem servida, porque temos um ministro que conhece o mundo empresarial, não precisa de lições de como se gerem mercados e como se gerem empresas; mas gerir política económica não é a mesma coisa que estar à frente de uma fábrica de cervejas. Há que moderar alguma da expectativa que existe. Toda a gente deposita grandes esperanças neste mensageiro da boa nova, de que vêm aí novos tempos, e já vimos vários ministros da Economia espalharem-se ao comprido. Apesar de chegarem com currículos fabulosos, não duram mais de quatro meses no Governo, porque não percebem que era (é) diferente. Reparem, não há males que vêm por bem. Naquela *silly season* antecipada de julho, em que toda a gente andou a brincar, na verdade o que estivemos a fazer foi a perder tempo. Aquela confusão acaba por resultar num Governo que é mais consistente, mas não por uma questão de confiança. Os dois líderes deste Governo relacionam-se pessoalmente da mesma forma do que antes, mas só porque não há alternativa. É uma espécie de ódio cordial... Mas isso talvez seja, agora, o menos importante. É um Governo mais equilibrado, mais consistente, em que a área importante da política económica está mais bem preparada.

2 Temos uma urgência absoluta em gerar excedente orçamental primário. Quanto mais se renegociar e ganhar tempo, mais acelera o tiquetaque da bomba-relógio que é a dívida pública. Com as novas regras que vão ser adotadas, de incluir no perímetro da dívida os endividamentos das empresas públicas, a nossa dívida vai para 140% do PIB. Negociar prazos e metas pode ser conveniente, mas só agrava o problema. A *troika* é um objetivo intermédio. Não estamos em tempo de cortes de impostos ousados, mas estamos em tempo de medidas ousadas, o que significa planear e ir muito além de responder à emergência, ir a reboque da situação. Fazer o corte previsto é cumprir mínimos olímpicos, e o dramático é que tenho dúvidas de que se consiga, porque já estamos a desistir disso antes do tempo. É uma questão de credibilidade, para termos um Estado e um país sustentável. Pagar pensões, pagar salários, para que o Estado nunca falte aos que realmente dele necessitam.

3 Um estímulo ao consumo agora (baixar o IRS) resulta mais em importações do que em produção interna. Havendo margem, continuo a preferir desagravar a tributação das empresa e restituir competitividade empresarial do que incentivar o consumo interno. Não há ainda margem para isso. Os três partidos do arco da governação têm de chegar a acordo numa reforma do IRC. Isto tem de ir para lá do ciclo eleitoral, tem de ser uma reforma estável, um verdadeiro compromisso nacional.

ISABEL VAZ

1 Teoricamente, é bom que na condução das negociações com a *troika* a voz da economia esteja presente. Se isto significar que se vão dar mal (Paulo Portas e Maria Luís Albuquerque), se isto significar que continuará a haver um governo que não se entende, então isso é mau. A economia tem de andar de braço dado com as finanças, numa estratégia comum acertada com a *troika*. Se estamos a falar de dois partidos e duas guerras outra vez, penso que vamos continuar no mesmo filme em que estivemos até agora.... Há quem diga que tudo o que aconteceu dentro do Governo foi para entalar um, há quem diga que foi para entalar o outro. Eu não percebo nada de política, mas sei que, no meio destes entalanços todos, quem se entala é o País. O que eu espero é que os políticos tenham aprendido. É importante percebermos todos que continuamos numa situação muito complicada, que estamos longe de sair do filme, que temos problemas estruturais por resolver. O Governo tem de ter uma estratégia bem definida relativamente ao que queremos fazer nos próximos dois anos, enquanto dura o resto do programa, mas não tenho a certeza de que tenham aprendido a lição

2 O primeiro memorando da *troika* tinha como objetivo que dois terços do ajustamento viessem da despesa e só um terço da receita. Como não queremos fazer a reforma do Estado, continuamos com medidas avulsas de cortes. Se era possível reduzir 4 mil milhões, e estavam identificados, sejam cortes cegos ou estruturais (que é o que se pretende), então vamos continuar a fazer 4 mil milhões; e se há folga para 2 mil milhões que sejam para retirar carga fiscal, não para adiar reformas. Eu espero que não haja renegociação se isso servir para tirar o pé do acelerador. Tem de se fazer a reforma do Estado e já, agora. Cortar rendimento não é uma reforma estrutural. Precisamos de um Estado que possamos pagar. Infelizmente, o que vai acontecer é que vai haver 20 exceções em cada sector e nada vai ser feito. Vai haver a exceção dos militares, depois a dos juízes, depois a dos médicos e dos enfermeiros...

3 Primeiro penso que devemos reduzir a despesa, depois olhar, sim, para o IRS. Se, no próximo Orçamento do Estado, o de 2014, passamos para um corte de dois mil milhões de euros em vez dos 3,6 mil milhões que estavam previstos, prefiro que reduzam o IRS, que ponham o dinheiro nos bolsos das famílias para ajudar a dinamizar a economia. Se há alguma folga de renegociação no défice público, que eu desconheço, que seja aplicado no IRS, sem que isso toque na redução inevitável e fundamental do Estado. Essa reforma tem de acontecer. A reforma do IRC é um bom princípio.

manchete

Diário Notícias

13-08-2013

Periodicidade: Diario | Temática: Política
Classe: Informacão Geral | Dimensão: 2360
Âmbito: Nacional | Imagem: S/Cor
Tiragem: 56361 | Página (s): 31 a 33

Se o primeiro-ministro, Pedro Passos Coelho, escolher a versão mais dura, a economia vai ressentir-se?

3 A reforma do IRC já foi apresentada. As propostas são boas, podem ajudar a economia a arrancar? As empresas serão assim capazes de finalmente aumentar os investimentos?

ANTÓNIO NOGUEIRA LEITE

1 Em princípio, as coisas, com a nova composição do Governo, deveriam funcionar melhor. Até porque a margem de manobra do Presidente da República reduziu-se imenso e o PS perdeu o seu principal discurso, que era o de pedir eleições antecipadas. As condições internas são também bastante favoráveis, até porque o CDS ficou extraordinariamente bem representado no Governo – tem as pastas-chave. Dito isto, não tenho a certeza de que as pessoas estejam todas à altura das circunstâncias. O Governo tem sido bastante errático no plano político, pouco eficaz a resolver os pequenos problemas que vão surgindo e que acabam por se transformar em grandes problemas. Passos Coelho terá de vencer a desconfiança enorme dos mercados e dos credores oficiais relativamente ao que vamos conseguir fazer. Essa desconfiança vai ter dois testes em breve: o primeiro são a 8.ª e 9.ª avaliações, que decorrerão em conjunto; também o Orçamento do Estado para 2014. O Governo tem condições políticas? Tem, claro, mas terá de perceber que o próximo encontro com a *troika* não é de renegociação, é de cumprimento. Se as coisas correrem muito mal pode não ter condições para ficar.

2 Prefiro que se corte na despesa pública já, para termos um Estado à dimensão daquilo que a economia consegue suportar. Há um problema adicional: a dívida pública atingiu um ponto em que mais tempo para reduzir o défice significa mais dívida. Na perceção dos nossos financiadores há a noção clara de que não temos muita margem para procrastinar. Não há margem nenhuma! O PS, quando foi Governo, foi incapaz de fazer reformas estruturais; PSD/CDS também não são capazes de fazer reformas que se vejam. Um país em que as corporações criam um ambiente político constante em que tudo é impossível tem como consequência o Estado reduzir-se através da penalização dos mais fracos. São eles que perdem, não as corporações. Acho, por isso, que a *troika* não aceitará um corte de apenas dois mil milhões. Se não quisermos fazer a reforma, entramos numa situação em que vamos ter de fazer isso em dose dupla ou tripla, como está a acontecer na Grécia.

3 A reforma do IRC? As empresas do PSI-20 poderão regressar um dia se considerarem que isto é para ficar e, desta vez, para valer. Os três partidos têm de se comprometer com isto. Durante dez anos deviam comprometer-se a não mudar estes aspetos em ponto nenhum, porque essa é a única forma de atrair novos capitais e as tais empresas do PSI-20. Algumas certamente viriam, mas só nessas condições, só com essa garantia, não com o risco de amanhã ser tudo desfeito. Espero que seja possível fechar esse compromisso depressa para haver uma base sólida para o investimento.

MIGUEL LEÓNIDAS ROCHA

1 A ministra Maria Luís Albuquerque recolheu a bênção dos mercados num primeiro momento, porque representava a continuidade política e técnica de Vítor Gaspar. Mas o escândalo dos *swaps* faz – ou fez – que, na prática, ela não tenha a mesma força que Vítor Gaspar no Conselho de Ministros, e isso é mau. Acresce que o CDS tem agora uma força equivalente à do PSD... e temos de ver o que isso vai implicar. Quem olhar para Pires de Lima e para Maria Luís Albuquerque verá que o pêndulo da força política e empresarial pendeu para o lado do partido de Paulo Portas. Isso é evidente e veremos no que vai resultar na prática. Não estou certo do resultado. Quanto à ministra, acho que é uma pessoa com capacidade de confronto, com ideias fixas, personalidade forte, mas isso não quer dizer que se aguente do ponto de vista político. Ela está fragilizada quando o País precisava que não estivesse, porque não há dúvida de que temos de manter a linha de Vítor Gaspar. Cada vez que a ministra for transmitir medidas penosas, esta fragilidade em torno dos *swaps* virá ao de cima. A Vítor Gaspar não tinham uma única fragilidade pessoal a apontar.

2 Estamos a falar de dois mil milhões de euros de cortes no próximo orçamento, como se a *troika* já tivesse aceitado qualquer negociação. Nós comportámo-nos mal em junho e conseguimos a recompensa de, em vez de ajustar mais, ajustarmos menos. Será? Atenção, os mercados não são a *troika*, vai ser preciso negociar. No início tínhamos a esperança de que ia mandar a *troika* e que, portanto, íamos finalmente fazer algumas das reformas que não se fizeram desde o 25 de Abril. Mas está a ser difícil. Um dos problemas é mesmo o Tribunal Constitucional e a própria Constituição. Temos uma Constituição de ricos para um país de pobres. Temo que estas novas medidas também batam na parede e não passem no TC. Ainda assim, acho que Passos devia apresentar a folha inicial, os cortes mais duros – embora cortar 10% não seja uma reforma, é uma adequação e é atacar os mais fracos.

3 Esta reforma do IRC foi bem feita, acolhe genericamente o aplauso dos técnicos fiscais e vai no sentido certo: pôr Portugal no mapa da fiscalidade e acompanhar o desagravamento fiscal dos outros países. Na Irlanda e na Eslováquia, que baixaram as taxas e criaram sistemas fiscais atrativos, a receita fiscal aumentou, apesar de baixarem as taxas de imposto. No curto prazo há uma perda de receita, porque os investidores estrangeiros não vêm todos no mesmo dia. E eles têm de ver que há estabilidade, que o País pode mesmo ficar com um regime melhor do que os outros países. Tem de acontecer em Portugal o que aconteceu em Malta, que há dez anos não existia na fiscalidade e hoje é incontornável. E não esqueçamos que Malta é uma montanha, nós somos um país.